



PLANO DE ENSINO EBC I – 2023.2

I. IDENTIFICAÇÃO

Disciplina: **ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA I**

Código: CNM6019

Nº de Horas/Aula : 04 semanais

Carga horária : 72 horas/aula

Pré-requisitos: FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

Horário das aulas e local: 2.1830-2/CSE101 - 4.1830-2/CSE101

Professor: MARCELO AREND

Contato: marcelo.arend@ufsc.br

Horário de Atendimento/Local: Segunda-feira 18h; Quarta-feira 18h.

II. EMENTA

A internacionalização da economia brasileira e a estruturação do novo padrão de industrialização a partir do Plano de Metas. O desenvolvimento e as crises econômica e política no limiar dos anos 60. A afirmação do projeto desenvolvimentista internacionalizante sob o governo militar: estratégias, reformas institucionais e política econômica. O ciclo de crescimento expansivo e suas contradições. A estratégia de desenvolvimento do II PND e as características da política econômica. A década perdida – anos 80 – e o padrão de investimentos. O setor externo da economia. Dívida externa e a ruptura do padrão de financiamento. A crise financeira do Estado. Inflação e os planos econômicos de estabilização.

II. OBJETIVOS

- O objetivo deste curso é aprofundar o conhecimento sobre os aspectos estruturais e conjunturais da economia brasileira, integrando as ferramentas analíticas de disciplinas como Macroeconomia, Desenvolvimento Econômico, Economia Política Internacional e Teoria Econômica com o estudo da formação sócio-econômica do país.
- O curso tem como propósito proporcionar aos alunos um entendimento mais aprofundado da economia brasileira ao longo de sua história, fornecendo elementos para uma melhor compreensão da realidade atual do Brasil no século XXI. Serão explorados os aspectos históricos que influenciaram o desenvolvimento econômico do país, permitindo uma análise mais contextualizada.
- Serão discutidos os processos de formação econômica do Brasil, com ênfase no período pós-Segunda Guerra Mundial até a década de 1980. Serão abordados os aspectos estruturais e conjunturais da economia, bem como momentos políticos cruciais na sociedade brasileira. O objetivo é compreender como esses elementos moldaram a economia do país ao longo do tempo.
- Ao término do curso, espera-se que os participantes demonstrem um domínio dos marcos estruturais da economia brasileira, compreendendo sua evolução histórica e sejam capazes de identificar seus principais desafios. Além disso, os alunos deverão estar familiarizados com diversas interpretações analíticas e propostas de políticas econômicas relacionadas ao contexto brasileiro.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- A economia mundial no pós 2ª Guerra Mundial e o manifesto latino-americano.
- O pensamento estruturalista da CEPAL.



3. A Teoria da Dependência.
4. A tese do capitalismo tardio: Escola de Campinas e os ciclos endógenos.
5. Celso Furtado: industrialização e estagnação.
6. O legado da Era Vargas: mudanças institucionais e o arranque para a industrialização.
7. Do nacional-desenvolvimentismo ao desenvolvimentismo-internacionalista: o governo JK.
8. Quadros/Goulart: a crise econômica-político-institucional dos anos 1960 e o golpe de 1964.
9. Regime Militar: Reformas, endividamento externo e o milagre econômico.
10. Anos 1970: a economia brasileira em marcha forçada.
11. A crise da dívida externa e a década perdida dos anos 1980.
12. Inflação inercial e planos de estabilização monetária na década de 1980.

IV. METODOLOGIA DE ENSINO/APRENDIZAGEM

As aulas serão conduzidas de forma expositiva, onde é recomendado que os alunos realizem a leitura prévia da bibliografia obrigatória. Essa leitura será avaliada individualmente durante as duas avaliações parciais propostas, sendo essencial para acompanhar o conteúdo ministrado em sala de aula. Além disso, será estimulado o debate e a participação ativa da classe.

V. AVALIAÇÃO

O processo de avaliação segue as diretrizes estabelecidas no Regimento Geral da UFSC e, especificamente para esta disciplina, as avaliações serão conduzidas da seguinte maneira:

Serão realizadas duas provas em sala de aula, de caráter individual e sem consulta. Dessa forma, a avaliação da aprendizagem será baseada nessas duas provas parciais. A nota final será calculada somando-se a nota da Prova 1 (5,0) com a nota da Prova 2 (5,0), totalizando 10,0.

No caso de algum(a) aluno(a) não poder realizar as avaliações previstas por motivo de força maior e devidamente justificado, será necessário seguir os procedimentos estabelecidos no Art. 74 da Resolução nº 017/CUn/97, de 30 de setembro de 1997.

Os alunos que obtiverem média igual ou superior a 6,0 durante o semestre serão considerados aprovados.

Recuperação: Aqueles que obtiverem nota semestral inferior a 6,0 estarão sujeitos a uma prova de recuperação abrangendo todo o conteúdo do semestre. Essa prova escrita será realizada em sala de aula e avaliará o conhecimento do conteúdo programático trabalhado durante o semestre letivo. A participação na prova de recuperação é restrita aos alunos que atendam aos requisitos estabelecidos pelo regimento e dentro dos prazos estipulados pelo calendário escolar.

Serão considerados aprovados na recuperação aqueles que obtiverem média igual ou superior a 6,0. Assim, a média final será calculada como a média aritmética entre a nota final do semestre e a nota da prova de recuperação, dividido por 2.

No caso de algum(a) aluno(a) não poder realizar as avaliações previstas por motivo de força maior e devidamente justificado, será necessário seguir os procedimentos estabelecidos no Art. 74 da Resolução nº 017/CUn/97, de 30 de setembro de 1997.

Qualquer mudança no processo de avaliação será comunicada previamente aos alunos pelo professor.



VI. CRONOGRAMA

Aula 1: Introdução à disciplina: informações gerais.

Apresentação do plano de ensino, conteúdo programático, sistema de avaliação e primeiras considerações sobre a economia brasileira no século XX.

Aula 2: Introdução: O Brasil no século XX

Fatos estilizados, estatísticas e ciclos econômicos.

As principais mudanças estruturais e institucionais.

Restrição externa e industrialização: fluxos de capitais e endividamento externo.

Populismo econômico e populismo político.

Aula 3: A economia mundial no pós 2ª Guerra Mundial e o manifesto latino-americano.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento da América Latina e seus principais problemas, Revista Brasileira de Economia, ano 3, no.3, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, setembro de 1949.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino. In: Revista brasileira de economia. Rio de Janeiro, n.3, v.54, jul./set. 2000.

Ver Video: Sobre a queda dos termos de troca de Prebisch

https://www.youtube.com/watch?v=sqUQQX1dTx8&feature=player_embedded#

Aula 4: O pensamento estruturalista da CEPAL: modelo e processo de industrialização

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O Processo de Substituição de Importações. Capítulo publicado no Livro "Formação Econômica do Brasil". Organizadores: José Márcio Rego e Rosa Maria Marques. São Paulo: Saraiva, 2003.

TAVARES, Maria da Conceição. Maria da Conceição Tavares: vida, ideias, teorias e políticas / Maria da Conceição Tavares; Hildete Pereira de Melo (organizadora). – São Paulo: Fundação Perseu Abramo / Expressão Popular / Centro Internacional Celso Furtado, 2019. (ver PARTE I – FASE CEPAL).

Aula 5: O legado da Era Vargas: mudanças institucionais e arranque para industrialização.

FAUSTO, B. A revolução de 30. In: MOTA, C. G. Brasil em perspectiva. RJ: Bertrand Brasil, 20ª. Ed., 1995, p. 227 – 256.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A Revolução de 1930 e a economia brasileira. Economia. Brasília, ANPEC, 2012, v. 13, n. 3b.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Sobre a intencionalidade da política industrializante no Brasil na década de 1930. In: Revista de Economia Política, São Paulo, jan/mar 2003, n. 89, p.133-148.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A gênese regional da "revolução de 30". Revista Estudos Econômicos, São Paulo, v.29, n. 1, 1999, p.113-27.

DRAIBE, Sonia. Rumos e Metamorfoses. Paz e Terra, 1985. Cap. 1: 1930-1945: Rumo a industrialização e a nova forma do Estado brasileiro.



SOLA, L. O golpe de 37 e o estado novo. In: MOTA, C. G. Brasil em perspectiva. RJ: Bertrand Brasil, 20ª. Ed., 1995, p. 256 – 282.

FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1998. Cap. 30, 31, 32. A crise da economia cafeeira; Os mecanismos de defesa e a crise de 1929; Deslocamento do centro dinâmico (p.177-203)

Aula 6: A economia brasileira no imediato Sistema Bretton Woods

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Liberal Esclarecido ou Aliado Fiel? Sobre a Natureza da Política Econômica Externa Brasileira no Governo Dutra (1946-1951). *Economia, Selecta*, Brasília (DF), v.11, n.4, p.285–320, Dezembro 2010.

Aula 7: O Segundo Governo Vargas

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “Nem ortodoxia nem populismo: o segundo governo Vargas e a economia brasileira”. *Tempo*. Niterói: EdUFF, jan/jun 2010, v. 14, n. 28. p. 19-58.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O mito do populismo econômico de Vargas. *Revista de economia política*, São Paulo, jan/mar 2011, v. 31, n.1 (121), p. 56-76.

Aula 8: Do nacional-desenvolvimentismo ao desenvolvimentismo-internacionalista: o governo JK.

PINHO NETO, D. M. O interregno Café Filho: 1954-1955. In: ABREU, M. P. (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana*. São Paulo: Campus, 1990. cap. 6.

ORENSTEIN, Luiz; SOCHACZEWSKI, Antonio Cláudio. Democracia com Desenvolvimento. IN: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

CAMPOS, Fábio Antonio de. (2017). Internacionalização brasileira e Instrução 113 da Sumoc. *América Latina en la historia económica*, 24(2), 93-124. <https://doi.org/10.18232/alhe.v24i2.802>

Aula 9: Do nacional-desenvolvimentismo ao desenvolvimentismo-internacionalista: o governo JK.

VILLELA, A. Dos “anos dourados de JK” à crise não resolvida. IN: GIAMBIAGI et al. *Economia Brasileira Contemporânea*. Elsevier, 2011.

Aula 10: Quadros/Goulart: a crise econômica-político-institucional dos anos 1960 e o golpe de 1964.

ABREU, Marcelo de Paiva. Inflação, Estagnação e Ruptura: 1961-64. IN: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

Aula 11: A Teoria do Desenvolvimento Dependente Associado

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: LTC, 1970. (1ª edição)



1969). [Texto: A internacionalização do mercado: o novo caráter da dependência. Cap.VI].
CARDOSO, Fernando Henrique. As idéias e seu lugar; ensaios sobre as teorias de desenvolvimento. 2.ed. Rio de Janeiro/Petrópolis, Vozes, 1993. [Texto: Introdução].
CARDOSO, Fernando Henrique. As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1993. (1ª edição 1980). (cap. 2): A dependência revisitada.
BRESSER-PEREIRA, L C. As três interpretações da dependência. Perspectivas, São Paulo, v. 38, julho/dezembro 2010: 17-48.

Aula 12: Industrialização e ciclos endógenos

TAVARES, M. C.; SERRA, J. Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente. In: BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na Cepal Rio de Janeiro: Record, 2000.
CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O capitalismo tardio. São Paulo: Editora Unesp, 2009. [Texto: Introdução + cap.2 A industrialização retardatária, 73-99].
TAVARES, Maria da Conceição. Maria da Conceição Tavares: vida, ideias, teorias e políticas / Maria da Conceição Tavares; Hildete Pereira de Melo (organizadora). – São Paulo: Fundação Perseu Abramo / Expressão Popular / Centro Internacional Celso Furtado, 2019. (ver Parte II – FASE UNICAMP).

Aula 13: Aula de revisão de conteúdo

Aula 14: Primeira avaliação parcial

Aula 15: Correção e entrega da primeira avaliação parcial

Aula 16: Regime Militar: as mudanças institucionais do PAEG

LARA RESENDE, André. Estabilização e Reforma: 1964-1967. IN: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
BASTOS, P. P. Z. Razões econômicas, não economicistas, do golpe de 1964. Campinas: UNICAMP, 2014 (Texto para Discussão – IE.Unicamp).

Aula 17: Regime Militar: Reformas, endividamento externo e o milagre econômico.

GIAMBIAGI et al. Economia Brasileira Contemporânea. Cap. 3: Reformas, endividamento externo e o milagre econômico. IN: GIAMBIAGI et al. Economia Brasileira Contemporânea. Elsevier, 2011.
LAGO, Luiz Aranha Correa. A retomada do crescimento e as distorções do milagre. IN: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

Aula 18: Regime Militar: II PND e a economia brasileira em marcha



CASTRO, A. B., SOUZA, F. E. P. (1985). A Economia brasileira em marcha forçada. RJ: Paz e Terra, 2ª. Ed., 217 p.

FONSECA, P C D; MOREIRA, Cássio Silva O projeto do Governo Goulart e o II PND: um Cotejo. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, São Paulo, n. 33, p. 5–37, out. 2012.

Aula 19: Endividamento externo e a crise do PSI

CRUZ, P.R.D.C. Endividamento Externo e Transferência de Recursos Reais ao Exterior: Os Setores Público e Privado na Crise dos Anos Oitenta. Nova Economia, Belo Horizonte, v.5. n.1. ago. 1995.

HERMANN, Jennifer. Auge, Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: o II PND e a Crise da Dívida Externa (1974-1984). IN: GIAMBIAGI et al. Economia Brasileira Contemporânea – 1945-2010. Ed. Campus, 2ª Ed. 2011.

Aula 20: A crise da dívida externa e a década perdida dos anos 1980.

CARNEIRO, D.D. & MONDIANO, E. (1992). Ajuste Externo e Desequilíbrio Interno: 1980-1984. In: ABREU, M. de P. (org.) A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana, 1889-1989. RJ. Editora Campus.

LACERDA et all. Economia brasileira. São Paulo: Saraiva, 2005. Choques externos e desestruturação interna. (cap.11). A crise da dívida externa e a crise fiscal do Estado. (cap.12).

VALOR ECONÔMICO. 2012. Anos 1980. A mãe de todas as crises. <http://www.valor.com.br/cultura/2783388/mae-de-todas-criSES-do-brasil>

SALOMÃO, Ivan C. Do estrangulamento externo à moratória: a negociação brasileira com o FMI no governo Figueiredo (1979-1985). Revista de Economia Contemporânea (Impresso), v. 20, p. 1-23, 2016.

Aula 21: Mudança estrutural: industrialização e armadilha da renda média

LAVOPA, A; SZIRMAI, A. (2018). Structural modernisation and development traps. an empirical approach. World Development, 112:59–73.

MCMILLAN M, RODRIK D, VERDUZCO-GALLO Í. Globalization, Structural Change, and Productivity Growth, with an Update on Africa. World Development. Vol 63. ; 2014 :11-32. Copy at <https://j.mp/2oSLDhO>

FIRPO, Sergio; PIERI Renan. 2017. Structural Change, Productivity Growth, and Trade Policy in Brazil. Chapter 7 in Structural Change, Fundamentals, and Growth: A Framework and Case Studies. ed. by Margaret McMillan, Dani Rodrik, and Claudia Sepulveda. International Food Policy Research Institute (Washington, D.C.).

Aula 22: Industrialização e estagnação

FURTADO, C. Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Aula 23: Industrialização e Revoluções Industriais

PEREZ, Carlota. Technological Revolutions and Techno-economic paradigms. Cambridge



Journal of Economics, Vol. 34, No.1, pp. 185-202, 2010.

ARENDA, Marcelo ; FONSECA, P. C. D. . Brasil (1955-2005): 25 anos de *catching up*, 25 anos de *falling behind*. Revista de Economia Política (Impresso), v. 32(1), p. 33-54, 2012.

Aula 24: Teoria da inflação inercial

ARIDA, Persio, org. (1986). Inflação inercial e reforma monetária. IN: Inflação Zero: Brasil, Argentina, Israel. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BRESSER-PEREIRA, L C. A descoberta da inflação inercial (depoimento). Revista de Economia Contemporânea. Rio de Janeiro, v.14, n.1. p.167-192, 2010.

SIMONSEN, Mário Henrique. A inflação brasileira: Lições e perspectivas. Revista de Economia Política, v. 5, n. 4, p. 15-30, outubro-dezembro 1985.

Aula 25: Planos de estabilização monetária na década de 1980.

LACERDA et all. Economia brasileira. São Paulo: Saraiva, 2005. Teoria da inflação inercial e políticas de estabilização. (cap.13).

MODIANO, E. (1992). A Ópera dos três Cruzados: 1985-1989: In: A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989. Marcelo de Paiva Abreu (org.) RJ. Editora Campus. (Capítulo 13).

CASTRO, L, B. Esperança, Frustração e Aprendizado: a História da Nova República (1985-1989). IN: GIAMBIAGI et al. Economia Brasileira Contemporânea – 1945-2010. Ed. Campus, 2ª Ed. 2011.

VIDEO SOBRE PROCESSO INFLACIONÁRIO NO BRASIL:

<https://www.youtube.com/watch?v=bqU2pDSMYDQ>

Aula 26: Aula de revisão de conteúdo

Aula 27: Segunda avaliação parcial

Aula 28: Entrega e correção da segunda avaliação parcial

Aula 29: Prova de recuperação

Aula 30: Divulgação das notas finais

VII. BIBLIOGRAFIA

Ver cronograma, cada aula detalhada. Para cada aula, a bibliografia obrigatória está indicada. Também datas de avaliações, como provas e entregas de trabalhos via página da disciplina no moodle.



VIII. OBSERVAÇÕES/INFORMAÇÕES ADICIONAIS

O cronograma detalhado com todas as aulas pode ser encontrado no moodle da disciplina, onde estão indicadas as respectivas bibliografias obrigatórias. Além disso, as datas das avaliações, como provas e prazos para entrega de trabalhos, também estão disponíveis na página da disciplina no moodle. Certifique-se de acessar regularmente o moodle para ficar atualizado sobre o cronograma e as datas importantes.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

Resolução nº. 017/CUn/97, de 30 de setembro de 1997: **Capítulo IV**, Do Rendimento Escolar, *Da Freqüência e do Aproveitamento*

Art. 69 - A verificação do rendimento escolar compreenderá freqüência e aproveitamento nos estudos, os quais deverão ser atingidos conjuntamente.

§ 2º - Será obrigatória a freqüência às atividades correspondentes a cada disciplina, ficando nela reprovado o aluno que não comparecer, no mínimo, a 75% (setenta e cinco por cento) das mesmas.

§ 4º - Cabe ao aluno acompanhar, junto a cada professor, o registro da sua freqüência às aulas.

Art. 70 - A verificação do alcance dos objetivos em cada disciplina será realizada progressivamente, durante o período letivo, através de instrumentos de avaliação previstos no plano de ensino.

§ 1º - Até no máximo 10 (dez) dias úteis após a avaliação, respeitado o Calendário Escolar, o professor deverá divulgar a nota obtida na avaliação, sendo garantido ao aluno o acesso à sua prova, podendo solicitar cópia da mesma ao Departamento de Ensino, arcando com os custos da mesma.

§ 2º - O aluno com freqüência suficiente (FS) e média das notas de avaliações do semestre entre 3,0 (três) e 5,5 (cinco vírgula cinco) terá direito a uma nova avaliação no final do semestre, exceto nas disciplinas que envolvam Estágio Curricular, Prática de Ensino e Trabalho de Conclusão do Curso ou equivalente, ou disciplinas de caráter prático que envolvam atividades de laboratório ou clínica definidas pelo Departamento e homologados pelo Colegiado de Curso, para as quais a possibilidade de nova avaliação ficará a critério do respectivo Colegiado do Curso.

§ 4º - Ao aluno que não comparecer às avaliações ou não apresentar trabalhos no prazo estabelecido será atribuída nota 0 (zero).

§ 5º - No início do período letivo, o professor deverá dar ciência aos alunos do plano de ensino da disciplina, o qual ficará à disposição dos interessados no respectivo Departamento de Ensino e secretaria do Colegiado do Curso para consulta.

Art. 71 - Todas as avaliações serão expressas através de notas graduadas de 0 (zero) a 10 (dez), não podendo ser fracionadas aquém ou além de 0,5 (zero vírgula cinco).

§ 1º - As frações intermediárias, decorrentes de nota, média final ou validação de disciplinas, serão arredondadas para a graduação mais próxima, sendo as frações de 0,25 e 0,75 arredondadas para a graduação imediatamente superior.

§ 2º - A nota final resultará das avaliações das atividades previstas no plano de ensino da disciplina.

§ 3º - O aluno enquadrado no caso previsto pelo § 2º do art. 70 terá sua nota final calculada através da média aritmética entre a média das notas das avaliações parciais e a nota



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

obtida na avaliação estabelecida no citado parágrafo.

Art. 72- A nota mínima de aprovação em cada disciplina é 6,0 (seis vírgula zero).

Art. 73 - É facultado ao aluno requerer ao Chefe do Departamento a revisão da avaliação, mediante justificativa circunstanciada, dentro de 02 (dois) dias úteis, após a divulgação do resultado.

Art. 74 - O aluno, que por motivo de força maior e plenamente justificado, deixar de realizar avaliações previstas no plano de ensino, deverá formalizar pedido de avaliação à Chefia do Departamento de Ensino ao qual a disciplina pertence, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, recebendo provisoriamente a menção I.